



142

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

QUINTA CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO N.º 339073-4

COMARCA: Belo Jardim - 1ª Vara

EMBARGANTE: Companhia Energética de Pernambuco - CELPE.

EMBARGADO: Ivanilson da Silva.

RELATOR SUBSTITUTO: Juiz Demócrito Reinaldo Filho.

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - ART. 535 DO CPC - AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO - PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA - IMPOSSIBILIDADE - EMBARGOS NÃO ACOLHIDOS.

1. Não tem os aclaratórios a finalidade de substituir o acórdão embargado, nem tampouco corrigir os fundamentos de uma decisão, não se constituindo meio processual idôneo para que a parte demonstre sua discordância com o julgado recorrido.
2. Inocorrente as hipóteses previstas em lei, não há como prosperar o inconformismo, cujo intento é a reforma da decisão embargada.
3. Inexiste omissão no aresto embargado, uma vez que a matéria foi devidamente tratada por ocasião do julgamento.
4. Embargos de declaração não acolhidos.



143

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos o presente recurso, acordam Excelentíssimos Desembargadores integrantes da Quinta Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, **em negar acolhimento ao presente recurso**, tudo nos termos do voto do Relator e Notas Taquigráficas, que passam a fazer parte integrante do presente aresto.

Recife, 24 de setembro de 2014.

Juiz Demócrito Reinaldo Filho
Relator Substituto

OK



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

135

QUINTA CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO N.º 339073-4

COMARCA: Belo Jardim - 1ª Vara

EMBARGANTE: Companhia Energética de Pernambuco - CELPE.

EMBARGADO: Ivanilson da Silva.

RELATOR SUBSTITUTO: Juiz Demócrito Reinaldo Filho.

RELATÓRIO

RECURSO:

- Trata-se de Embargos de Declaração (fls. 118/121), opostos pela Companhia Energética de Pernambuco, nos autos da Apelação Cível nº 339073-4, em que contende em face de Ivanilson da Silva, através dos quais alega omissão quanto ao pronunciamento sobre os dispositivos elencados pelo embargante, olvidando analisar pormenorizadamente os dispositivos constitucionais e/ou infra-constitucionais.

ACÓRDÃO EMBARGADO:

- Ementa constante à fls. 104/105, colacionada *ipsis litteris*:

“EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL - APELAÇÃO CÍVEL - DIREITO DO CONSUMIDOR - INTERRUÇÃO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA - CONSUMIDOR INADIMPLENTE - ATRASO IRRISÓRIO - SUSPENSÃO DO SERVIÇO INDEVIDA - FALTA DE AVISO PRÉVIO - RESOLUÇÃO 414/2010 DA ANEEL - DANO MORAL CONFIGURADO - QUANTUM INDENIZATÓRIO FIXADO



136

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

OBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE - INCIDÊNCIA DOS JUROS MORATÓRIOS A PARTIR DO ARBITRAMENTO - IMPOSSIBILIDADE - INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 54 DO STJ - RECURSO NÃO PROVIDO.

1. Age de maneira ilícita a concessionária de energia elétrica que procede com o corte no fornecimento de energia em que o consumidor esteja inadimplente por apenas 3 dias, sendo o dano moral presumivelmente reconhecido.
2. O corte de energia elétrica não precedida de notificação específica e com antecedência mínima de 15 dias - inteligência da Resolução 414/2010, caracterizado está o ato ilícito. Precedentes deste Egrégio Tribunal de Justiça.
3. O *quantum* indenizatório deverá ser fixado com prudência e moderação, observando as peculiaridades do caso concreto, aspectos estes atendidos pelos juiz de piso ao ficar a condenação em R\$ 5.000,00.
4. No caso de responsabilidade extracontratual, os juros moratórios fluem a partir do evento danoso (Inteligência da Súmula 54 do STJ).
5. Apelo não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos dos recursos de Apelação n.º 339073-4; Acordam os Excelentíssimos Desembargadores integrantes da Quinta Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, **em negar provimento ao Recurso de Apelação**, tudo nos termos do voto do Relator e notas taquigráficas, que passam a fazer parte integrante deste aresto."



137

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

FUNDAMENTOS DO RECURSO:

- Em seus Embargos, alega a Companhia Energética de Pernambuco - CELPE, omissão no *decisum* embargado, asseverando a não apreciação das questões e dispositivos legais aduzidos, para fins de prequestionamento.

Independentemente de pauta, ponho o feito em mesa para julgamento.

É o Relatório.

Recife, 24 de setembro de 2014.

Juiz Demócrito Reinaldo Filho
Relator Substituto



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

138

QUINTA CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO N.º 339073-4

COMARCA: Belo Jardim - 1ª Vara

EMBARGANTE: Companhia Energética de Pernambuco - CELPE.

EMBARGADO: Ivanilson da Silva.

RELATOR SUBSTITUTO: Juiz Demócrito Reinaldo Filho.

VOTO

Estando presentes os pressupostos processuais necessários à sua admissibilidade, conheço dos embargos.

O art. 535 do CPC é bastante claro ao dispor que cabem embargos de declaração quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição ou omissão. Esse recurso específico não tem, portanto, a finalidade de substituir o acórdão embargado, tampouco corrigir os fundamentos da decisão.

Além do mais, a interpretação de determinado dispositivo pelo julgador, contrariamente à tese defendida pela parte, não dá ensejo aos embargos declaratórios, cujo fim é o de sanar eventual obscuridade, contradição ou omissão.

De uma verificação dos fundamentos do recurso e reanálise da decisão embargada, observo que toda a matéria foi devidamente tratada por ocasião do respectivo julgamento, de forma explícita e bem delineada,



139

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

sendo flagrante a intenção do Embargante em rediscutir a matéria, hipótese esta que não sugere a oposição do presente recurso.

Sobre o assunto, a jurisprudência já se manifestou, *in verbis*:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. *É de negar-se provimento aos embargos de declaração que, a pretexto de sanar omissão, pretendem na verdade a rediscussão da matéria. (PR 0021269-97.2010.404.0000, Relator: RÔMULO PIZZOLATTI, Data de Julgamento: 18/01/2011, QUINTA TURMA, Data de Publicação: D.E. 03/02/2011)*

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO INEXISTENTE. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. *Inexistindo omissão, contradição ou obscuridade na decisão embargada, incabíveis revelam-se os embargos declaratórios opostos para fins de rediscussão da matéria. (775249 SC 2010.077524-9, Relator: Sônia Maria Schmitz, Data de Julgamento: 10/01/2012, Quinta Câmara de Direito Civil, Data de Publicação: Embargos de Declaração em Apelação Cível n. 2010.077524-9/0001.00, de Videira)*

Além disso, o STJ entende da mesma maneira, senão vejamos:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OFENSA AO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. *535CPC1. A hipótese de cabimento dos Embargos de Declaração por contradição se restringe àquela interna da própria decisão, e não aos entendimentos divergentes em relação a outro decisum. 2. A solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa ao art. 535 do CPC. 3. Os Embargos Declaratórios não constituem instrumento adequado para a rediscussão da matéria de mérito. 4. Embargos de*



140

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

Declaração rejeitados.535CPC. (1351015 DF 2010/0174050-9, Relator: Ministro HERMAN BENJAMIN, Data de Julgamento: 17/03/2011, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 04/04/2011)

Acrescente-se ainda que, consoante pacífica jurisprudência, o julgador não está obrigado a responder a todas as questões e teses jurídicas levantadas pela parte se, da análise que fez dos autos, encontrou razões suficientes para formar a sua convicção.

Nesse sentido, colhe da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

PROCESSO CIVIL - RECURSO ESPECIAL [...] EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - REJEIÇÃO - ALEGADA AFRONTA AO ART. 535 E 280, 281 E 282 DO CTB - INOCORRÊNCIA [...] RECURSO ESPECIAL CONHECIDO EM PARTE, MAS IMPROVIDO. 1. O Tribunal de origem solveu a controvérsia de maneira sólida e fundamentada, apenas não adotando a tese dos recorrentes, razão pela qual fica afastada a afronta ao art. 535 do CPC. [...]". (STJ - REsp 993.554/RS, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, DJU 30.5.2008)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. MOTIVAÇÃO DO ACÓRDÃO. 1. É entendimento assente de nossa jurisprudência que o órgão judicial, para expressar a sua convicção, não precisa aduzir comentários sobre todos os argumentos levantados pelas partes. Sua fundamentação pode ser sucinta, pronunciando-se acerca do motivo, que por si só, achou suficiente para a composição do litígio. 2. Agravo regimental improvido. (Agravo Regimental nº



141.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

169.073/SP, 1ª Turma, Rel. Min. José Delgado, j. unânime em 04.06.98, DJ 17.08.98).

Assim sendo, inexistente vício algum no julgado embargado, o qual declinou, de maneira expressa, as razões pelas quais negou provimento ao recurso, de modo que a omissão, obscuridade ou contradição devem existir no próprio texto embargado, e não no cotejo deste com o entendimento da parte irresignada.

Face ao exposto, conheço dos embargos declaratórios, mas **nego-lhes acolhimento.**

É como voto.

Recife, 24 de setembro de 2014.

Juiz Demócrito Reinaldo Filho
Relator Substituto